

Crescimento: lições da Rússia

Tomando-se os seis anos que vão do início de 2001 ao final de 2006, portanto após as respostas de cada economia à crise cambial de 1998/1999, a da Rússia cresceu, em média, 6,2% ao ano — 43,5% em termos acumulados. No Brasil, o crescimento médio no mesmo período foi de 2,90%, e o acumulado de 18,7%. Conclui-se que se o Brasil tivesse crescido à taxa russa o seu PIB teria sido, em 2006, em torno de 21% superior ao que se observou.

Em reais de poder aquisitivo de 2006, trata-se de algo da ordem de R\$ 485,3 bilhões (com capitalização anual futura garantida pelas taxas de crescimento do porvir). Não de transferências entre uns e outros, mas de geração anual de riquezas para todos. A título de comparação de grandezas monetárias anualizadas, a CPMF, sobre cuja prorrogação ou não muito se discute de tempos em tempos, arrecadou para o governo federal R\$ 32 bilhões, em 2006, dos quais algo da ordem de R\$ 9 bilhões (menos de 2% de R\$ 485,3 bilhões) destinou-se ao programa Bolsa-Família.



Rubens Penha Cysne

*Professor da Escola de Pós-Graduação
em Economia da FGV*

(<http://www2.fgv.br/professor/rubens/>)

Tanto o Brasil quanto a Rússia têm se beneficiado, desde o período logo após a crise de 1998/99, de melhora dos termos de troca com o exterior. A diferença fica por conta da concentração da pauta de exportações que, no caso da Rússia, é bastante centrada no petróleo; neste quesito, ponto a favor do Brasil.

Mas houve e tem havido, ao longo deste tempo, pelo menos quatro importantes diferenças na condução de política econômica. O quanto tais diferenças

explicam a assimetria de crescimento entre estes países, trata-se este de ponto aberto à averiguação econométrica. Mas, antes de tudo, cabe delimitar que diferenças foram estas.

Gastos — Um primeiro ponto crucial diz respeito à evolução do total de gastos do setor público. Enquanto na Rússia este total passou de 42,5% do PIB, em 1998, para 35,4%, em 2006, no Brasil o que se viu foi o contrário: os gastos totais e a arrecadação tributária aumentaram. No caso russo, parte da queda dos gastos públicos explica-se pela redução das despesas de defesa e dos subsídios à agricultura e à indústria. No Brasil, tais gastos têm aumentado. Vejamos alguns números aproximados relativos ao caso nacional. Em 2002, a carga tributária total, segundo publicação recente da Receita Federal, incluindo as três esferas administrativas do setor público, foi de 31,9% do PIB; em 2006, de 34,2% do PIB. Por outro lado, segundo o IPEA, a necessidade de financiamento do setor público como um todo passou, nestes dois anos, de 3,55% do PIB, para 3,88%.

Brasil e Rússia têm se beneficiado, desde o período logo após a crise de 1998/99, de melhora dos termos de troca com o exterior

Segue, muito *grosso modo* (as definições de governo e as metodologias de cálculo diferem nestas estatísticas), que o total da despesa elevou-se em algo da ordem de 2,63% do PIB, trajetória diametralmente oposta à da Rússia — alguns outros cálculos mostram números ainda mais elevados. A razão entre a dívida pública líquida e o PIB, que no Brasil praticamente manteve-se inalterada entre meados de 2000 e abril de 2007 (em torno de 44% do PIB), na Rússia passou de algo em torno de 90%, em 1999, para alguma coisa ao redor de 13% do PIB nos anos mais recentes.

Além da redução dos gastos públicos como fração do PIB, um segundo ponto de assimetria entre Brasil e Rússia no período que vai de 2001 a 2006 diz respeito à flexibilidade e ao nível de taxaçaõ direta existente no mercado de trabalho. Tal ponto é particularmente importante quando os países, a exemplo do que passaram Rússia e Brasil neste período, se sujeitam a variações dos termos de troca (preço das exportações, comparativamente ao preço das importações).

Elevações nos termos de troca, por exemplo, tendem a modificar preços relativos a favor do setor de serviços e contra o setor produtor de bens transacionáveis. Quando não existe flexibilidade suficiente de salários, os rendimentos dos setores industriais tradicionais (transacionáveis com o exterior) podem ficar acima do ponto de equilíbrio, podendo gerar falências, desemprego e redução do crescimento.¹

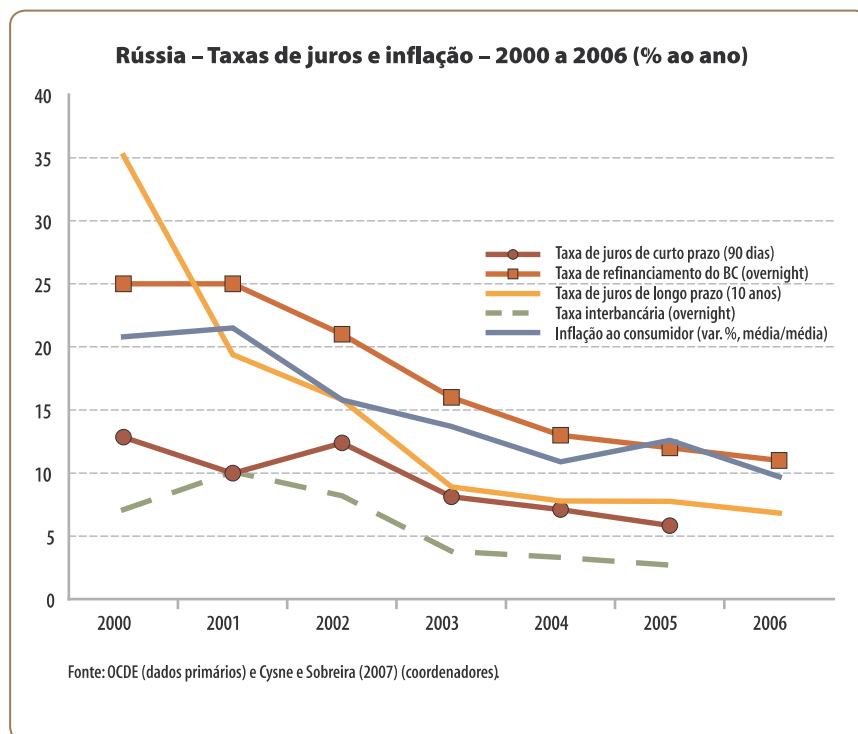
Este tipo de pressão sobre os setores industriais intensivos em mão-de-obra sente-se fortemente no Brasil, por exemplo, na concorrência que o setor de calçados sofre das importações da China. Maior desoneração e maior flexibilização da legislação trabalhista, a exemplo do que fez a Rússia, podem fazer grande diferença, com mais migração entre setores, menos desemprego e mais crescimento. No Brasil, entretanto,

tal modificação do conjunto de regras trabalhistas tem feito parte de reformas tidas como necessárias, mas sempre adiadas.

Na Rússia a flexibilidade do mercado de trabalho tem sido majorada, o que tem ajudado na realocação de mão-de-obra do setor tradicional transacionável intensivo em mão-de-obra para outros setores, o de não-transacionáveis em particular. Um fato fundamental: boa parte dos contratos de trabalho tem

parcela do salário determinada de forma variável, em função dos lucros da firma. Tal flexibilização é macroeconomicamente eficiente, tendo em vista que os empregados de setores com menores lucros tendem a migrar para os setores mais lucrativos, reduzindo-se o desemprego que se observaria por demandas salariais não atendidas.² Tivesse o Brasil tal tipo de flexibilidade salarial, não estariam alguns setores industriais nacionais tão prejudicados pela valorização nominal do real frente ao dólar observada nos últimos anos. Trata-se, evidentemente, de política mais saudável e potente do que redução idiossincrática de impostos setor a setor.

Juros — Um terceiro ponto de frontal assimetria entre a política econômica perseguida pela Rússia e pelo Brasil, nos últimos sete anos, diz respeito à evolução das taxas de juros. A taxa de inflação passou de algo em torno de 20%, em 2000, para algo em torno de 10%, em 2006. Os juros reais no período, entretanto, ao invés de patamares em boa parte



A Rússia, ao contrário do Brasil, aproveitou-se da bonança dos preços do petróleo elevados para modificar seu sistema tributário

do período 2005/2006 superiores a 10% ao ano, como no Brasil, foram ou muito próximos de zero ou negativos (dependendo da taxa de juros que se tome e do tipo de deflacionamento). O gráfico ilustra este ponto:

Juros reais próximos de zero não foi motivo para que não entrassem recursos externos na conta de capital devido a dois motivos: primeiro porque, a exemplo do que também tem ocorrido no Brasil, desde de 2000 a moeda russa tem se apreciado em relação ao dólar (o que não vem impedindo uma forte melhora do saldo em conta corrente nos últimos anos); e segundo porque, também a exemplo do ocorrido no Brasil, a melhora das relações de troca com o exterior (no caso da Rússia, devido ao encarecimento internacional do petróleo) deslocou positivamente a função de entrada de capitais. Em outras palavras, mais capital passou a entrar no país, para o mesmo diferencial de juros EUA/Rússia corrigido pela expectativa de desvalorização do rublo frente ao dólar (que, no caso, assume-se como tendo sido via de regra negativa).

Sendo um país mais aberto que o Brasil³, a Rússia percebeu mais facilmente que o canal cambial tendia a preponderar sobre o do crédito direto na contenção da inflação pelos juros. Lá, tal como cá, há segmentação de crédito do tipo mercado/extra mercado⁴, fato que tende a reduzir potência do canal creditício na redução de demanda agregada. Isto posto, deixar o juro nos patamares brasileiros apenas faria com que contribuintes de impostos na Rússia tivessem que trabalhar mais para sustentar rentistas que contabilizam lucros em dólar (que podem ser ou não residentes, não interessando no argumento). Aos russos, aparentemente, não interessava isto.

O Brasil, parte por não ter realizado as reformas estruturais que a Rússia promoveu, e também parte por falta de maior abertura na discussão técnica

sobre o assunto, praticou taxas de juros demasiadamente elevadas por um largo período de tempo, forçando residentes no país a pagar mais impostos para prover ganhos em parte macroeconomicamente desnecessários para rentistas de títulos públicos. Em particular, não se percebeu com clareza, por estes lados, a poderosa força de deslocamento da função de entrada de capitais ditada pela melhoria das relações de troca, pelos saldos positivos em conta corrente e pela sensível melhoria dos prêmios de risco externos e das avaliações de *ratings* soberanos.

Quarto ponto de dissensão entre o que se observa na Rússia e no Brasil, nos últimos sete anos, diz respeito à reforma tributária (ainda não completa, deve-se dizer) que teve início em 2001. A Rússia, ao contrário do Brasil, percebeu que telhado se conserta em dia de sol, aproveitando-se em função disto da bonança dos preços do petróleo elevados para modificar substancialmente seu sistema tributário. Os recursos adicionais gerados pelos elevados montantes de exportação de petróleo (da ordem de 20% do total das receitas públicas, entre 2002 e 2004) foram usados como elemento segurador de uma reforma que teve como ponto inicial a redução das alíquotas de vários impostos. No decorrer do tempo, observou-se

que as receitas totais não se reduziram, como previram os mais pessimistas, a despeito da leve queda, em 2002, das receitas não oriundas do petróleo. De qualquer forma, cabe observar que, também em função da redução de despesas, à qual nos referimos anteriormente, o déficit primário russo reduziu-se de 3 pontos percentuais do PIB, em 1998, para algo em torno de -4% (ou seja, de um superávit de 4% do PIB), em 2006. ▾

Referências bibliográficas

- 1- Cysne, Rubens P. "Doença Holandesa ou Comércio Insuficiente?" *Jornal Valor Econômico* em 24/02/2006. (disponível em <http://www2.fgv.br/professor/rubens/>)
- 2- Cysne, Rubens P. e Sobreira, Rogério (2007) (coordenadores). "Ajustes Fiscais: Análise de Experiências Recentes de Países Selecionados." Editora da Fundação Getulio Vargas, no Prelo, a sair em novembro de 2007.

¹Quando tal fenômeno ocorre majoritariamente devido a uma exploração de alguma riqueza natural, dá-se, às vezes, o nome de "doença holandesa". Tal classificação, entretanto, não se encaixa precisamente ao do Brasil. A este respeito, veja Cysne (2006).

²A rotatividade da mão-de-obra na Rússia é elevada, com aproximadamente 60% de *turnover* anual (dados de 2004), o que se contrapõe a números bem mais modestos nos países da OCDE como um todo – e também mais modestas do que aquelas observadas no mercado formal de mão-de-obra qualificada no Brasil. Na Rússia, há preponderância dos desligamentos voluntários sobre a demissão.

³A Rússia tem importações mais exportações correspondendo a quase 50% do PIB, enquanto no Brasil este número gira em torno de 30%.

⁴O Sberbank, controlado pelo Banco Central da Federação Russa (que possui mais de 60% das ações com direito a voto), tem um papel fundamental na alocação de recursos de curto, médio e longo prazo.